

Matrimônios Negros na América Portuguesa: uma perspectiva formal e informal no século XVIII.

Maria Eduarda Mangabeira Crescencio

ODS 10

Pesquisa

Introdução

No século XVIII, o casamento era regulado pela Igreja Católica, mas nem sempre era seguido na prática. Entre pessoas negras, escravizadas ou libertas, o matrimônio formal enfrentava barreiras econômicas, sociais e jurídicas. Ainda assim, muitos recorreram a uniões informais, como o concubinato, revelando estratégias de resistência, agência e organização afetiva. Embora as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, promulgadas em 1707, reconhecessem a validade do casamento entre escravizados e libertos, sua efetivação encontrava entraves na ação dos senhores e nas dificuldades materiais impostas pela escravidão. Estar “de papel passado” representava mais do que uma formalidade religiosa, significava obter reconhecimento social, alguma proteção patrimonial e aproximação dos ideais católicos.

Objetivos

- Investigar a relação entre uniões oficializadas e informais, observando padrões e estratégias adotadas pelas populações negras.
- Analisar as dinâmicas do concubinato, entendendo-o como alternativa construída diante das restrições sociais, econômicas e jurídicas.
- Avaliar o casamento como possível caminho de mobilidade social, de fortalecimento familiar e de conquista de liberdade.
- Examinar a atuação da Igreja e das autoridades coloniais diante dos matrimônios envolvendo pessoas negras, ressaltando tensões e limites.

Metodologia

A pesquisa adota a perspectiva da História Cultural, privilegiando a análise das experiências e práticas cotidianas de pessoas negras no século XVIII. Parte-se de uma revisão historiográfica sobre matrimônio, escravidão e relações familiares, a fim de situar o debate no campo historiográfico. Em seguida, realiza-se uma análise qualitativa de diferentes tipos de documentos, os registros paroquiais de batismos e casamentos, além de testamentos, inventários e contagem de membros das irmandades negras. As fontes principais estão localizadas no Arquivo da Torre do Tombo, bem como em registros paroquiais, inventários e testamentos que permitem explorar as práticas matrimoniais no cotidiano colonial.

Apoio Financeiro

Hipóteses

- O casamento formal entre pessoas negras era uma possibilidade, mas alcançava apenas uma parcela restrita da população devido aos custos elevados e às exigências impostas pela Igreja.
- As uniões informais, conhecidas como concubinato, tornaram-se mais comuns e representaram formas de preservação dos vínculos familiares em meio às restrições sociais e jurídicas.
- Estar casado significava mais do que cumprir uma formalidade religiosa. Tratava-se de uma legitimidade simbólica e social que distinguia aqueles oficialmente casados dos que viviam juntos sem o reconhecimento da Igreja.

Considerações Iniciais

- Correlacionar as irmandades negras com a possibilidade de ascensão social dentro da própria comunidade negra.
- Analisar as práticas matrimoniais, incluindo critérios de escolha, processos cerimoniais e a formalização do concubinato.
- Compreender esses relacionamentos contribui para uma visão mais ampla da história e das dinâmicas sociais das populações negras.
- Investigar as estratégias de resistência e afirmação cultural das populações negras no período colonial, ressaltando como espaços coletivos e relações sociais estruturavam seus relacionamentos.

Bibliografia

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. Páscoa Vieira Diante da Inquisição: Uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

FIGUEIREDO, Luciano. O Averso da Memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Brasília: José Olympio, 1993.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Barrocas Famílias: Vida Familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

PRIORE, Mary Del. A Mulher na história do Brasil. São Paulo: Contexto, 1994.

SPITZER, Leo. Erguendo-se da escravidão: a história de Mary. In: Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

WOOD, A. J. Russel. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 18, n. 36.